

Comunicação do Dr. Henrique Granadeiro à Assembleia Geral da Portugal Telecom de 28 de Março de 2009

Senhor Presidente
Senhores Accionistas

O Conselho de Administração que hoje presta contas do exercício de 2008 à Assembleia Geral de accionistas, com um *quorum* dos mais elevados da sua história, cumpre também hoje o mandato que lhe foi conferido em 21 de Abril de 2006.

Foi um mandato exercido em condições particularmente difíceis: primeiro a turbulência de uma OPA inexplicavelmente prolongada pelas hesitações dos Reguladores, o que condicionou pesadamente a gestão estratégica da empresa. Depois a crise global que, declarada há mais de ano e meio com a questão dos *sub-primes*, alastrou progressivamente de forma larvar e resistente a todas as medidas de contenção, para vir a deflagrar violentamente com a devastação do sistema financeiro.

Daí propagou-se à actividade económica e às instituições sociais e políticas, sem que se conheçam ainda previsões credíveis sobre a sua profundidade, o seu perímetro e, sobretudo, a sua natureza e duração.

É pois neste contexto de externalidades adversas que deverão ser interpretados e julgados os resultados conseguidos.

Na declaração que fiz perante a Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, que acabara de eleger o Conselho de Administração a que, com muita honra, presido tive ocasião de expor as questões nucleares com as quais o Conselho de Administração se defrontaria, ao longo do seu mandato:

- aos accionistas haveria que responder sobre o que foi feito com o seu investimento.

- à sociedade em que estamos integrados haveria que responder pelo contributo oferecido à generalização da sociedade do conhecimento e à modernização do País.
- aos trabalhadores cumpriria dar conta do que foi feito pelo seu futuro num contexto em que cada vez é mais acentuada a precariedade e a insegurança.

São pois estas as questões a que, a título de balanço do mandato, passarei a responder.

Aos accionistas entregamos, hoje, uma empresa manifestamente diferente daquela que recebemos há três anos, ao mesmo tempo que assegurámos aos investidores um retorno, sem paralelo, dos capitais investidos na PT.

A remuneração accionista total do triénio atingiu já 5.397 milhões de Euros, valor que compara com os 2.322 milhões distribuídos no triénio anterior. No caso de vir a ser aprovado o ponto 3, a nossa proposta de pagamento de um dividendo de 57,5 cts por acção correspondente ao exercício de 2008, o valor total da remuneração accionista subirá para 5,901 mil milhões, representando, como disse, um esforço sem precedentes na história da empresa.

Os compromissos assumidos no quadro da proposta do Conselho de Administração da rentabilização dos activos como alternativa à proposta da OPA foram integralmente cumpridos e cumpridos a tempo, sem quebra da classificação de *rating* de *investment grade* e sem pôr em causa a capacidade de investir no desenvolvimento do negócio e na expansão das actividades da empresa.

De facto, o investimento realizado no triénio do mandato, expurgado dos efeitos extraordinários e da PTM, atingiu os 3.009 milhões de Euros, um crescimento de praticamente 50% sobre os 2.105 milhões investidos no triénio anterior.

Crescimento igual foi o que se verificou no resultado líquido ex-PTM, que passou de 1.457 milhões de Euros para 2.131 milhões de Euros.

Este triângulo virtuoso formado pelo elevado retorno accionista, pelo investimento contínuo e sistemático e pelos resultados líquidos expansivos constituem, pois, a resposta quantificada àquela que é a questão natural e obrigatória de qualquer investidor.

Mas se esta é a visão que nos transmite o exame dos fundamentais da empresa, e isto nos poderia bastar, vejamos ainda como a PT se compara com as empresas congéneres do seu sector, e com as demais empresas do PSI20.

Considerando o período decorrido desde o início de 2006 até à data de hoje, constatamos que a PT ofereceu um retorno total aos seus accionistas que ultrapassa, em 16%, a média do PSI20 e, em 8%, o sector de telecomunicações.

É importante salientar ainda que o *Dividend Yield* oferecido pela PT aos seus accionistas é um dos mais elevados do sector, situando-se 4% acima do PSI 20 e 2% acima do sector de telecomunicações.

Senhores Accionistas,

Estas são as realidades em que assenta a solidez da empresa e que justificam a promessa de futuro sustentável que elas contêm.

Entrando agora na segunda questão: a dos efeitos que a PT projectou sobre a modernização da sociedade, comecemos pela sua contribuição para a receita fiscal, que financia o cumprimento dos objectivos globais da sociedade e a satisfação das necessidades dos cidadãos num Estado moderno.

Em sede de impostos, a PT em Portugal pagou, ao longo do triénio, o montante de 2.162 milhões de Euros. Destes, 359 milhões de Euros em IRC, 1.100 milhões de Euros referentes ao IVA gerado pelas nossas operações e 706 milhões em retenções na fonte respeitantes à remuneração accionista e a custos com pessoal.

A PT foi pois, provavelmente, o maior contribuinte para a receita do Estado, neste triénio. Poder-se-ia dizer que a PT, neste período, executou dois programas de *buy back* de iguais dimensões, um de acções e outro de impostos retidos e pagos.

Mais importante do que esta contribuição instrumental para o cumprimento dos fins do Estado foram as acções em que a PT esteve, directamente, envolvida e actuante.

A PT foi o principal parceiro no Programa e-Escolas e e-Oportunidades, no quadro das contrapartidas da concessão da licença da 3.^a Geração. Neste âmbito, a PT distribuiu mais de 300 mil computadores com banda larga. O inquestionável sucesso que esse programa representa na generalização do acesso ao uso de computadores por muitos sectores da população até então info-excluídos e as janelas que se abriram através do crescimento exponencial da banda larga, esse inquestionável sucesso, dizia, não teria sido possível sem a intervenção, activa e empenhada, da PT.

Portugal subiu vários degraus no *ranking* do indicador de computadores por mil habitantes, como subiu no de utilizadores de banda larga, confirmando a PT como um agente activo da mudança social que o uso generalizado de banda larga implica no acesso ao saber e nas relações entre empresas e entre indivíduos.

No número de computadores por 1.000 habitantes, estamos à beira de

ultrapassar a média europeia e, no uso de banda larga, estamos no topo dos países da União Europeia.

No quadro das transformações sociais provocadas ou dinamizadas pela PT, é obrigatório referir a alteração estrutural do mercado, operada com a realização do *spin-off* da PTM. A PT tem reclamado justamente esse mérito e o acerto da decisão da Assembleia Geral que o decidiu.

Ainda no quadro das alterações estruturais do mercado importa referir a entrada da PT no mercado da televisão, operando em multiplataformas. Os dados de 2008, que serão abordados pelo CEO na apresentação do Relatório e Contas, são bastante eloquentes dessa nova oferta da PT, que reinventou e deu ao fixo um novo futuro. O País ganhará outros horizontes e uma nova ambição, logo que os Reguladores assegurem a previsibilidade e a segurança normativa necessárias à massificação do investimento em Redes da Nova Geração, que poderá ser cumulativamente um factor competitivo para o País e um forte catalisador de emprego no quadro da resposta à crise que enfrentamos.

O terceiro pilar do mandato, de que hoje prestamos contas, tem que ver com as medidas que tomámos e as perspectivas que abrimos ao futuro daqueles que ancoraram a sua vida num trabalho digno e produtivo na PT.

A PT não é uma empresa onde a paz social seja um valor absoluto. A PT é uma empresa em que a responsabilidade preside à arbitragem dos interesses e à sustentabilidade das políticas retributivas, quer de trabalhadores, quer de accionistas. Foi por esta bússola da responsabilidade que se definiram, na PT, compromissos históricos e pioneiros que hoje, apenas hoje, acossados pela crise, estão a ser ensaiados um pouco por todo o lado. Em muitos casos tarde de mais. Os compromissos históricos fizeram-se, na PT, como base voluntária, solidária e calculada do futuro e não como resposta inevitável a qualquer crise.

As receitas por trabalhador cresceram, na PT Portugal Telecom, de 295 mil Euros para 319 mil Euros, no último triénio e, no negócio internacional, subiram de 129 mil Euros para 142 mil.

Os custos com pessoal, por trabalhador, desceram no universo da empresa de 20 mil Euros para 19 mil Euros, e em Portugal, esse valor desceu de 37 mil Euros para 35 mil Euros por trabalhador. Apesar do enquadramento difícil durante este triénio, a PT aumentou sempre os salários dos trabalhadores de menor rendimento, em linha ou acima da inflação. Estando congelados os salários dos escalões mais elevados e descendo os salários e prémios dos órgãos sociais, verificou-se, por isso, uma contracção do leque salarial, a favor dos trabalhadores de menores rendimentos.

Os salários *versus* proveitos desceram, na PT, de 11,1% em média para uma média de 10,1% no último triénio e, em Portugal, baixaram de 12,9% dos proveitos no triénio anterior para 11,8%.

Comparando salários com dividendos, estes desceram de 166,6% para 121,6%, na comparação entre os dois últimos triénios.

Se correlacionarmos os salários com os resultados líquidos, verificamos uma descida de 138,9% para 88,6%.

A leitura integrada destes indicadores é a primeira resposta sobre o que fizemos pelo futuro dos trabalhadores e que é esta: temos caminhado, de uma forma progressiva e sustentada, na direcção da produtividade que é o melhor seguro de vida que qualquer empresa pode oferecer a qualquer trabalhador.

Esta é a questão nuclear a que teremos de acrescentar os compromissos de cobertura do *deficit*, face a compromissos futuros que assumimos fazer até seis anos, em vez dos catorze previstos na lei.

As contribuições para fundos de pensões e saúde e para as obrigações com reformados e suspensos atingiram, durante o mandato, 1.099 milhões de Euros o que nos permite encarar confortavelmente o cumprimento das obrigações que a Empresa tem para com os nossos trabalhadores.

Sem pretender dar ao problema dos salários das Administrações uma importância que ele não tem, não queremos furtar-nos aos deveres de transparência que temos para com os nossos accionistas, em matéria de remunerações dos órgãos sociais.

Devemos sublinhar a expressão “transparência para com os nossos accionistas” porque, numa empresa privada, é aos accionistas que compete decidir, nos termos legais e estatutários, sobre esta matéria. A linha de crescimento e de transformações estruturais que temos seguido com sucesso não autoriza ninguém a expropriar os nosso accionistas desse seu poder/dever, nem consente que se inclua a PT no pelotão dos que viram, por esse mundo fora, os buracos negros da sua gestão fracassada e, nalguns casos, fraudulenta, cobertos de forma generosa e muito discutível por fundos públicos de cuja aplicação, efeitos e possível retorno nada se sabe e muito se duvida.

A relação de remuneração dos órgãos sociais com os salários desceu, no triénio que agora finda, de 1,6% para 1,5%, na linha da contracção do leque salarial que já se referiu.

No que respeita à relação entre resultado líquido, cujo crescimento foi de $\approx 50\%$ no triénio, as remunerações dos órgãos sociais desceram de 2,1% para 1,3%, o mesmo acontecendo na relação com os dividendos onde a queda foi mais acentuada, de 2,6% para 1,8%.

O valor bruto da remuneração dos órgãos sociais decresceu progressivamente, ao longo do triénio, desde os 11 milhões de Euros, em 2006, para 9 milhões de Euros, em 2007 e 8 milhões de Euros, em 2008.

A política salarial definida pela Comissão de Vencimentos, em 2006 e actualmente em vigor não contempla a revelação de dados individuais o que, seguramente, não é um problema para a PT e muito menos para o País.

Esta Assembleia Geral irá eleger uma nova Comissão de Vencimentos que procederá à definição da política de remunerações dos órgãos sociais. Naturalmente que o que a Comissão de Vencimentos vier a decidir será cumprido. A minha posição, face às recomendações que têm sido tornadas públicas sobre a divulgação de vencimentos individuais, também é conhecida e ela é que a transparência, em matéria salarial da gestão, é devida apenas aos accionistas.

A revelação geral de dados dessa natureza contribuiria para a adopção, em curto prazo, de políticas salariais contrárias à premiação do mérito, do esforço e do talento individuais e seria altamente penalizante para as empresas que operam em mercados muito competitivos e cuja diferenciação assenta na capacidade de inovar.

Senhores Accionistas,

A Empresa cuja Administração hoje se apresenta ao vosso julgamento é uma empresa bem diferente daquela que, há três anos, nos foi confiada.

Quando assumi funções, tive ocasião de prestar homenagem a quantos nos precederam na direcção da PT que – e cito da acta da reunião – “os que hoje foram eleitos receberam do Conselho de Administração e da Comissão Executiva que hoje cessam funções o melhor testemunho que um gestor pode aspirar a receber: uma equipa de excelência e uma empresa preparada para enfrentar os desafios do mercado, sejam eles quais forem”.

Com humildade e com orgulho penso que este Conselho que hoje presta contas do seu mandato honrou a herança que recebeu e projectou a PT para um novo patamar: um operador global com uma estratégia de crescimento assente na inovação, com uma base accionista diversificada e internacional e actuando em diversas geografias de crescimento com um peso na sua receita que já ultrapassou o mercado doméstico.

Mudaram as tecnologias, mudou a organização dos mercados: mudaram os estilos de vida e a percepção de valor dos consumidores. A PT de hoje reflecte, absorve e potencia todas essas mudanças.

Os fundamentais da empresa têm sido reconhecidos como sólidos e saudáveis.

É essa a base de sustentação para a sua ambição.

É nessa direcção e com um novo ritmo que deve ser enfrentado o novo mandato que, hoje, está nas vossas mãos conferir.